

RECURSO ESPECIAL Nº 1.758.554 - SP (2018/0198038-2)

RECORRENTE : RFS BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA
ADVOGADO : ALEXANDER GUSTAVO LOPES DE FRANÇA - SP246222
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por FFS BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra a decisão proferida pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim ementada, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES. AÇÃO RESCISÓRIA. TEMPESTIVIDADE. VIOLAÇÃO LITERAL DE LEI. MANUTENÇÃO DO VOTO VENCEDOR.

- Em contrarrazões, a União alegou que o recurso é extemporâneo, ao argumento de que a embargante interpôs agravo contra decisão que declarou prejudicados os embargos de declaração que haviam sido opostos para a juntada do voto vencido, porém, antes de a turma apreciar o aludido agravo, protocolou prematuramente o presente recurso.

- Após o acórdão ora embargado, o recorrente opôs embargos de declaração, unicamente para obter a juntada do voto vencido. A relatora, antes de apreciá-lo, encaminhou os autos à Des. Fed. Regina Costa, que então declarou seu voto. Sobreveio decisão que negou seguimento aos declaratórios, que foi disponibilizada no Diário Eletrônico da Justiça Federal em 19/09/2011. Em 26/09/11, foi interposto agravo contra essa decisão e, em 05/10/11, opostos os presentes embargos infringentes, antes do julgamento do agravo, que ocorreu em 06/11/11. Não obstante, verifica-se que os embargos não são intempestivos. O ora embargante agiu corretamente ao apresentar o recurso no prazo legal, cujo vencimento era em 05/10/11, porquanto, a partir da publicação da decisão que declarou prejudicados os embargos de declaração, o prazo para apresentação de recursos contra o acórdão começou a fluir, posto que o agravo regimental não tem efeito suspensivo. Ademais, não obstante neste último se tenha sustentado a necessidade de que os embargos de declaração fossem conhecidos e providos e não prejudicados, a questão não interfere com o cabimento dos embargos infringentes, de forma que sua apresentação não pode ser tida por prematura.

- O ente público alega ainda que os embargos não devem ser conhecidos, à vista da interposição do agravo legal mencionado no item anterior contra a mesma decisão, em frontal violação do princípio da unirrecorribilidade. Equivoca-se claramente, no entanto, na medida em que se verifica com facilidade que os recursos impugnaram decisões absolutamente distintas: os embargos infringentes o acórdão de fls. 711/716, ao passo que o agravo regimental ataca a decisão singular de fl. 732.

- Não houve unanimidade no acórdão embargado acerca da questão do cabimento da ação rescisória e da sua procedência. O embargante pede que o voto vencido seja acolhido sob o primeiro aspecto ou, se assim não se entender, que seja acolhido o segundo.

- Primeiramente, considerado que o primeiro pedido é para que seja reconhecido o não cabimento da rescisória, o que redundaria na extinção do

Superior Tribunal de Justiça

feito sem apreciação do seu mérito, cabe esclarecer a possibilidade dessa pretensão em sede de embargos infringentes. O artigo 530 do CPC (Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória.), no que toca à ação rescisória, não distingue acerca do teor da divergência, diferentemente do que ocorre com a apelação, que exige que seja sobre o mérito. Precedentes do STJ.

- O mandamus originário questionava a validade da exigência do salário-educação, que foi afastada pelo colegiado desta corte. Incontroverso que, à época, o tema era controvertido, porém sobreveio entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido da constitucionalidade da exação.

- Nessa situação - entendimento do STF sobre determinado tema constitucional que põe fim à divergência previamente existente nas cortes inferiores - é pacífica a jurisprudência acerca do cabimento da rescisória: afasta-se a Súmula 343/STF e se considera irrelevante a existência de entendimentos conflitantes nas instâncias a quo, a fim de que se dê plena efetividade à norma constitucional, segundo seu intérprete máximo.

- O tema do salário-educação foi até mesmo objeto da Súmula 732 do Supremo Tribunal Federal, publicada em 09/12/2003: "É constitucional a cobrança da contribuição do salário-educação, seja sob a Carta de 1969, seja sob a Constituição Federal de 1988, e no regime da Lei n. 9.424/96". Assim, contrariada essa orientação da Corte Suprema pela 4ª Turma deste tribunal, tem-se caracterizada a violação literal de lei, nos moldes do inciso V do artigo 485 do CPC, o que autoriza sua rescisão, a fim de assegurar a supremacia da Constituição e sua aplicação uniforme, segundo a interpretação última consagrada por seu guardião, consoante o entendimento que acertadamente prevaleceu nesta Seção, quando do julgamento da rescisória.

- O argumento de que o pedido da União está fundado na violação literal do artigo 97 da CF e que o colegiado apenas examinou a exação sob o ponto de vista da Constituição de 1967 não se sustenta.

- Rejeitadas as preliminares arguidas nas contrarrazões e desprovidos os embargos infringentes.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos, sendo o acórdão assim ementado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS INFRINGENTES. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO NO STJ E STF. NOVOS PRECEDENTES (REsp nº 736650 E RE N° 590.809/RS). OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. INAPLICABILIDADE AO CASO CONCRETO. RECURSO REJEITADO.

- A questão relativa à Súmula nº 343 foi analisada no aresto embargado. Afastou-se a sua aplicabilidade, ao fundamento de que pronunciamento do STF sobre tema constitucional permite o manejo da rescisória, a fim de que se dê plena efetividade à norma constitucional, segundo seu intérprete máximo.

- Não houve controvérsia anteriormente acerca do entendimento das cortes superiores invocados nos presentes embargos. Cuida-se, portanto, de argumento inovador, de modo que obviamente não poderia haver omissão sobre ele. Outrossim, tampouco viável cogitar de contradição, porquanto deve ser intrínseca ao próprio julgado e não se caracteriza em relação a entendimento de tribunal diverso.

- O REsp nº 736650 mencionado pelo embargante não está em desacordo com o julgado embargado, pois a corte superior não estava a

Superior Tribunal de Justiça

examinar questão constitucional. Ao estabelecer que pacificação de sua jurisprudência posteriormente em sentido contrário ao do acórdão rescindendo não afasta a Súmula 343 do STF, o entendimento do STJ converge com o adotado nesta Sessão, que também somente não aplica a aludida súmula em matéria constitucional.

- O RE n. 590.809 mencionado em embargos de declaração veicula novo posicionamento firmado pelo STF no sentido de coibir a propositura de demandas rescisórias relativas a posicionamentos de interpretação controvertida, alterados no âmbito do próprio Supremo.

- O writ originário buscava afastar a constitucionalidade do salário - educação, nos moldes da Lei nº 4.440/64, Decreto-Lei 1422/75 e Decreto nº 76.923/75. O acórdão de procedência, prolatado em 18.04.2001, passou a colidir com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no AgRg no REsp nº 318239/BA, publicado em 14/06/02, no qual se decidiu constitucional a aludida exação. Posteriormente, a matéria foi inclusive objeto da Súmula 732 da Corte Suprema, publicada em 09/12/2003.

- À vista de que não há notícia de controvérsia sobre a matéria no âmbito do Supremo Tribunal Federal ou de precedente anterior que tivesse servido de parâmetro para o acórdão rescindendo, consoante se depreende da análise de sua fundamentação, constata-se que a situação destes autos difere da que ensejou o paradigma indicado pelo embargante, o que justifica a ausência de manifestação no julgado embargado.

- Não há vício algum apto a ensejar a integração do julgado, nos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil, nem mesmo para fins de prequestionamento. O embargante pretende, na verdade, a rediscussão do julgado, o que é inviável nesta via recursal.

- Embargos de declaração rejeitados.

No presente recurso especial a recorrente aponta ofensa aos arts. 489 e 1022 do CPC/2015, alegando, em síntese, ausência de fundamentação adequada e omissão acerca dos "fundamentos de direito apontados pela ora recorrente".

Adiante, indica violação aos arts. 502 e 966 do CPC/2015, sustentando, em resumo, que não houve violação ao art. 97 da CF/88, o que inviabiliza a ação rescisória.

No presente caso, não há dúvidas que o v. acórdão recorrido, proferido pelo E. Tribunal *a quo*, violou os arts. 502 e 966 do Código de Processo Civil (arts. 467 e 485 do Código de Processo Civil de 1973).

Isso porque, os arts. 502 e 966 do CPC, que dispõem sobre a imutabilidade da coisa julgada e o cabimento da ação rescisória, restaram claramente desrespeitados pelo v. acórdão recorrido, na medida em que se pretende rescindir decisão transitada em julgado em razão da simples alteração do entendimento jurisprudencial.

Argumentou, ainda, em suma, que a decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o entendimento desfavoravelmente ao recorrente somente foi exarado mais de dois anos do acórdão rescindendo e até aquele momento a matéria entelada era controversa.

Superior Tribunal de Justiça

Aponta, ainda, a ocorrência de divergência jurisprudencial.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Parecer do MPF pelo conhecimento parcial e desprovemento do recurso especial.

É o relatório. Decido.

Em relação à indicada violação dos arts. 489 e 1022, do CPC/2015, diante da alegação de ausência de fundamentação e omissão pelo Tribunal *a quo*, observa-se não se vislumbrar as máculas aludidas, tendo o julgador abordado as questões suscitadas pelo recorrente, consignando, *in verbis*:

Do cotejo entre as disposições legais e a argumentação da embargante resta clara a inexistência de quaisquer dos vícios ensejadores do acolhimento do recurso, pois, da leitura do acórdão embargado constata-se que o colegiado apreciou a questão da aplicabilidade da Súmula nº 343, *verbis*:

"O mandamus originário questionava a validade da exigência do salário-educação, que foi afastada pelo colegiado desta corte. Incontroverso que, à época, o tema era controvertido, porém sobreveio entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido da constitucionalidade da exação, *verbis*:

(...)

Nessa situação ~ entendimento do STF sobre determinado tema constitucional que põe fim à divergência previamente existente nas cortes inferiores - é pacífica a jurisprudência acerca do cabimento da rescisória: afasta-se a Súmula 343/STF e se considera irrelevante a existência de entendimentos conflitantes nas instâncias inferiores, a fim de que se dê plena efetividade à norma constitucional, segundo seu intérprete máximo. Destaco (...)" (fls. 800801)

É preciso que fique claro que não houve controvérsia anteriormente acerca do entendimento das cortes superiores invocados nos presentes embargos. Cuida-se, portanto, de argumento inovador, de modo que obviamente não poderia haver omissão sobre ele. Outrossim, tampouco viável cogitar de contradição, porquanto deve ser intrínseca ao próprio julgado e não se caracteriza em relação a entendimento de tribunal diverso.

Não bastasse, ressalte-se que o REsp nº 736650 mencionado pelo embargante não está em desacordo com o julgado embargado, pois a Corte Superior não estava a examinar questão constitucional. Ao estabelecer que pacificação de sua jurisprudência posteriormente em sentido contrário ao do acórdão rescindendo não afasta a Súmula 343 do STF, o entendimento do STJ converge com o adotado nesta Seção, que também somente não aplica a aludida súmula em matéria constitucional.

Quanto ao RE nº 590.809 mencionado nos embargos, registre-se que veicula posicionamento adotado pelo STF no sentido de coibir a propositura de demandas rescisórias relativas a posicionamentos alterados no âmbito do próprio Supremo. Não é, contudo, o que ocorre nestes autos.

Superior Tribunal de Justiça

O writ originário buscava afastar a constitucionalidade do salário-educação, nos moldes da Lei nº 4.440/64, Decreto-Lei 1422/75 e Decreto nº 76.923/75. O acórdão de procedência, prolatado em 18.04.2001, passou a colidir com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no AgRg no REsp nº 318239/BA, publicado em 14/06/02, no qual se decidiu constitucional a aludida exação. Posteriormente, a matéria foi inclusive objeto da Súmula 732 da Corte Suprema, publicada em 09/12/2003.

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação do embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Descaracterizada a alegada omissão, tem-se de rigor o afastamento da suposta violação do artigos apontados, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. GREVE. DESCONTOS DOS DIAS PARADOS. CABIMENTO, SALVO SE HOUVER ACORDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO.

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, verifico que o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.

2. É entendimento consolidado no âmbito do STJ que é legítimo o ato da Administração que promove o desconto dos dias não trabalhados pelos servidores públicos participantes de movimento grevista, diante da suspensão do contrato de trabalho, nos termos da Lei 8.112/1990, salvo a existência de acordo entre as partes para que haja compensação dos dias paralisados. Ressalta-se que não consta nos autos que foi feita compensação dos dias parados.

3. Recurso Especial não provido. (REsp 1.616.801/AP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/8/2016, DJE 13/9/2016).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. ART. 47 DO CPC/1973. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inexiste violação ao art. 535 do CPC/1973, quando não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de torná-lo nulo, especialmente se o Tribunal a quo apreciou a demanda em toda a sua extensão, fazendo-o de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam.

2. Não se conhece da violação a dispositivos infraconstitucionais quando a questão não foi enfrentada pelo acórdão recorrido, carecendo o

Superior Tribunal de Justiça

recurso especial do necessário prequestionamento (Súmula 211/STJ), sobretudo quando a parte, mesmo opondo embargos de declaração na origem, não suscitou a omissão na análise dos referidos aspectos.

3. Infirmar a conclusão alcançada pela Corte de origem, quanto a existência de litisconsórcio necessário tão somente em relação a duas candidatas, que foram lotadas na localidade onde pretendem as agravadas lotação, considerando, para tanto, os limites da sentença de primeiro grau, pressupõe o cotejo da referida sentença com o conjunto probatório do feito, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido: AgRg no Ag 1403108/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 10/12/2015.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1.592.075/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016).

Sobre a alegada violação ao art. 966 do CPC/2015, o Tribunal *a quo*, ao decidir a controvérsia entendeu procedente a alegada violação à literal dispositivo legal, *in casu*, o art. 97 da Constituição Federal, entendendo pela prevalência da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, pela constitucionalidade da cobrança da contribuição para o salário-educação.

Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não é cognoscível recurso especial para a análise de ação rescisória que tem como fundamento a violação a dispositivo constitucional.

Neste diapasão, destacam-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. AÇÃO RESCISÓRIA. ARGUIÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284 DO STF. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO. LEI LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. PREJUÍZO.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC". (Enunciado Administrativo n. 3).

2. Não há violação do art. 1022 do CPC/2015 quando o Tribunal de origem se manifesta de forma clara, coerente e fundamentada sobre as teses relevantes à solução do litígio.

3. Incide a Súmula 284 do STF quando a parte aponta violação do art. 485, VI, do CPC/1973 de forma genérica.

4. Não cabe apelo nobre quando a ação rescisória tiver por fundamento violação literal de dispositivo constitucional.

5. Não é possível, "em sede de Recurso Especial, analisar a violação do art. 485, V do CPC/1973, quando a Rescisória demanda a análise de lei local, atraindo a incidência da Súmula 280/STF" (AgInt AREsp 179.237/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, DJe 23/06/2017).

6. Pacífico o entendimento do STJ no sentido de que fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada esbarra em óbice sumular quando do exame do recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

Superior Tribunal de Justiça

7. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1690260/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/09/2019, DJe 25/09/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. NÃO DEMONSTRADA. AÇÃO RESCISÓRIA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL.

1. Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional

2. Consoante se depreende dos autos, trata-se de Ação Rescisória julgada procedente pelo Tribunal de origem, com base no art. 485, V, do CPC, sob o argumento de que o acórdão rescindendo teria violado o disposto no art. 8º do ADCT/1988. Esta Corte Superior tem entendido que não é cabível a discussão em sede de recurso especial da infringência ao art. 485, V, do CPC, quando o fundamento da violação está assentado em norma constitucional, como ocorre na hipótese dos autos. Precedentes.

3. O dissídio jurisprudencial não foi demonstrado na forma exigida pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. Com efeito, a parte recorrente não procedeu ao necessário cotejo analítico entre os julgados, deixando de evidenciar o ponto em que os acórdãos confrontados, diante da mesma base fática, teriam adotado a alegada solução jurídica diversa.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 771.207/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 06/12/2016)

Em relação ao alegado malferimento do art. 502 do CPC/2015, verifica-se que a questão não foi examinada no âmbito do acórdão recorrido, incidindo na espécie a súmula 282/STF.

Finalmente, no tocante ao dissídio jurisprudencial apontado, verifica-se que, conforme a previsão do art. 255, § 1º, do RISTJ, é de rigor a caracterização das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados, cabendo a quem recorre demonstrar tais circunstâncias, com indicação da similitude fática e jurídica entre os julgados, apontando o dispositivo legal interpretado nos arestos em cotejo, com a transcrição dos trechos necessários para tal demonstração. Em face de tal deficiência recursal, aplica-se o constante da Súmula n. 284 do STF.

Da análise do recurso especial, observa-se que o recorrente não aponta qual o dispositivo infraconstitucional teria sido objeto de interpretação divergente pelos julgados em confronto, desbordando da previsão contida no art. 105, III, c, da Lex Mater, o que impede a apreciação dessa parcela recursal pelo Superior Tribunal de Justiça.

Nesse mesmo sentido, confirmam-se:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.

1. Não se conhece do Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 535 do CPC/1973 quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

2. É inadmissível Recurso Especial quanto a questão inapreciada pelo Tribunal de origem, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios. Incidência da Súmula 211/STJ.

3. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre apontar o dispositivo objeto do dissenso e demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial com base na alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

4. Ademais, a propositura do recurso pela via da divergência jurisprudencial não dispensa o recorrente de apontar qual o dispositivo legal que teria sido objeto de interpretação divergente entre tribunais. A deficiência na fundamentação obsta o conhecimento do recurso fundamentado na alínea "c", razão pela qual incide a Súmula 284/STF. Precedentes do STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.581.326/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 2/2/2017, DJe 3/3/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO OU QUE TERIA RECEBIDO INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Nos termos do art. 105, III, c, da Constituição Federal, é cabível a interposição de recurso especial, quanto o acórdão recorrido "der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal".

II. A Corte Especial do STJ consolidou o entendimento de que a ausência da indicação do dispositivo legal supostamente violado ou que tenha recebido interpretação divergente torna incabível o conhecimento do Recurso Especial, quer tenha sido interposto pela alínea "a", quer pela "c" do permissivo constitucional (STJ, AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

III. Considera-se deficiente a fundamentação, quando o Recurso Especial suscita tese a ser apreciada pelo STJ, mas deixa de indicar o dispositivo legal violado ou que teria recebido interpretação divergente, ensejando a aplicação da Súmula 284/STF. Precedentes do STJ: AgRg no AREsp n. 402.492/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 25/11/2013; AgRg no AREsp n. 416.446/RJ, Rel. Ministro

Superior Tribunal de Justiça

Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 3/6/2014.

IV. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp n. 484.048/PB, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe 3/9/2014.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO OU OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. INDICAÇÃO TARDIA DO DISPOSITIVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A indicação de dispositivo legal em torno do qual teria ocorrido interpretação divergente é requisito de admissibilidade do recurso especial previsto pelo art. 105, III, c, da CF, exigido mesmo em caso de dissídio notório, sob pena de incidência do óbice da Súmula 284/STF. Precedentes.

2. Em decorrência da preclusão consumativa, a ausência de indicação do dispositivo na ocasião da interposição do recurso especial não é sanada pelo agravo contra a inadmissão daquele recurso.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 895.772/PR, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 7/3/2017, DJe 13/3/2017.)

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa parte, nego-lhe provimento, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator